

RESUMO - 01. EPISTEMOLOGIAS CRÍTICAS E ENFRENTAMENTOS À
VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA POLÍTICA E NA ACADEMIA| HÍBRIDO

**COTAS RACIAIS E JUSTIÇA SOCIAL SOB A VISÃO DO DISCURSO DO
NEOLIBERALISMO E MERITOCRACIA**

Junio Mendes Rocha (juniorochapsi@gmail.com)

Este trabalho visa discutir sobre os modelos políticos alicerçados na visão meritocrata através de um recorte racial de políticas de ações afirmativas e violências no que tange ao racismo institucional, com o intuito de compreender esse processo desigual de pessoas que vivem à margem ou que são discriminadas por se enquadrarem nesta política.

Para entendermos sobre o Neoliberalismo, precisamos de forma histórica abordar sobre o que é o Liberalismo original e assim compreender o motivo pelo qual se adequou o prefixo “neo” ao seu termo(ANDRADE, 2019).

Diante a tantas descobertas e avanços do liberalismo sob a ótica filosófica de vários pesquisadores, surge o Neoliberalismo com a apologia ao novo, fazendo assim referência aos efeitos do capitalismo. O neoliberalismo então pode ser entendido como um caminho para a riqueza das nações e o combate ao conflito vivido pelo homem – o mal-estar (ANDRADE, 2019).

Mediante uma perspectiva arqueológica, o neoliberalismo pode ser compreendido como uma forma de saber sobre o mundo, as instituições, a sociedade e as práticas que podem ou devem adotar. É algo que paira sobre uma forma regular de estabelecer relações de ordem discursiva. Com isso podemos destacar dois sentidos base, que é o rompimento histórico com o

liberalismo e o de seu funcionamento atual, dando atenção para as suas individualidades da realidade social brasileira (VIEIRA, 2020).

Mediante a isso destacamos o que chamamos de justiça social, que no contexto acadêmico implica repensar as estruturas de poder que historicamente reproduzem desigualdades raciais. As universidades, enquanto espaços de produção de conhecimento, não estão imunes às lógicas de exclusão e hierarquização racial herdadas da sociedade brasileira. Como afirma Boaventura de Sousa Santos (2020, p. 45), “a justiça social exige uma epistemologia do sul”, ou seja, a valorização dos saberes e experiências subalternizadas pelo colonialismo e pelo racismo estrutural. Nesse sentido, a luta por equidade racial no ensino superior não se resume ao acesso, mas também à transformação das práticas institucionais que perpetuam silenciamentos e desigualdades. A justiça social, portanto, demanda uma reconfiguração da universidade, que reconheça e enfrente o racismo como um problema estrutural e não como episódios isolados.

A violência acadêmica racial manifesta-se nas sutilezas das relações cotidianas, nos currículos eurocentrados e nas práticas institucionais que marginalizam corpos e saberes negros. Segundo Cida Bento (2018, p. 62), o racismo institucional “opera por meio de privilégios invisíveis e da negação da diversidade como valor”, sustentando uma lógica que desumaniza o estudante e o intelectual negro. Tal violência simbólica se expressa tanto na deslegitimação de pesquisas que abordam temáticas raciais quanto na ausência de representatividade docente e discente. Combater a violência acadêmica racial significa, portanto, adotar políticas afirmativas e práticas pedagógicas antirracistas que promovam um ambiente universitário plural, democrático e verdadeiramente comprometido com a justiça social.

Palavras-chave: cotas raciais; liberalismo; racismo institucional; justiça social.